



Número: **0041073-51.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 33ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **15/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IZAIAS LIBORIO DE MELO JUNIOR (AUTOR)		ANA PRISCILA BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
HENRIQUE AUGUSTO LEITE MARQUES (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53821 255	12/11/2019 09:53	2631590_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE – SEÇÃO A

Processo: 00410735120198172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **IZAIAS LIBORIO DE MELO JUNIOR**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:


Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **24.08.2018**, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumprе ressaltar que a vítima ingressou com pedido administrativo, onde o mesmo passou pelo crivo medico administrativo da seguradora, atendendo as exigências da Lei 6.194/74 e da Sumula 474 do STJ, de maneira que o expert foi categórico ao afirmar que o autor não possui lesão de caráter permanente, senão vejamos:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PARECER

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA				
DADOS DO SINISTRO				
Número: 3180507520	Cidade: Recife	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: IZAIAS LIBORTO DE MELO JUNIOR	Data do acidente: 28/04/2018	Seguradora: COMPREV SEGURADORA S/A		
PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA				
Data da análise: 13/11/2018				
Valoração do IML: 0				
Perícia médica: Não				
Diagnóstico: FRATURA / LUXAÇÃO DO PILÃO TIBIAL DIREITO.				
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR ; PLACA E PARAFUSOS) E ALTA MÉDICA.				
Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO TORNOZELO DIREITO.				
Sequelas: Com sequela				
Conduta mantida:				
Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DO TORNOZELO DIREITO.				
Documentos complementares:				
Observações: VITIMA JÁ INDENIZADA PELA AMD EM SINISTRO ANTERIOR (27/01/2011), EM GRAU MODERADO PARA O JOELHO DIREITO, R\$ 1.687,50 E SINISTRO JUDICIAL (ACORDO) EM GRAU INTENSO PARA O MEMBRO INFERIOR DIREITO, R\$ 5.940,00, TOTALIZANDO R\$ 7.627,50. SINISTRO ATUAL 0%.				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um tornozelo	25 %	Complemento por reanálise - 0 %	0%	R\$ 0,00
Total			0 %	R\$ 0,00

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente, não havendo que se falar em indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, ante a comprovada ausência de invalidez permanente.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito do autor se encontra descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválido, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Neste sentido, o sinistro foi **NEGADO ADMINISTRATIVAMENTE**, tendo em vista que não foi verificada qualquer invalidez de caráter permanente na vítima.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Assim sendo, o expert atestou a debilidade permanente no membro inferior esquerdo no percentual de 75% do membro inferior direito, todavia, é importante mencionar que o autor não juntou aos autos nenhum documento médico conclusivo que corrobore com a lesão atestada pelo perito.



Importante esclarecer que, em análise aos documentos acostados, verifica-se que a lesão de fato ocorreu no tornozelo direito e no membro por inteiro como tenta imputar perito, vejamos:

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA	
BOLETIM DE ESCLARECIMENTO	
NOME: IZAIAS LIBORIO DE MELO JUNIOR	
1. Ocorrência da Emergência: 574783	
1.1 - Atendimentos em: 28/04/18	
1.2 - Às 15 horas e 38 minutos.	
1.3 - Internado: SIM	
1.4 - Retirou-se às hr. e min.	
2. Internamento Eletivo – Reg. Geral No. 782903	
2.1 – Internado em: 28/04/18	
2.2 - Alta em: 11/06/18	
3. Hipótese Diagnóstica: 1) FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO DIREITO.	
4. Tratamento: 1) CIRURGIA EM 29/04/18: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO DIREITO REDUÇÃO INCRUENTA + APOSIÇÃO DE FIXADOR EXTERNO TRANSARTICULAR. 2) CIRURGIA EM 22/05/18: RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO DE MEMBRO INFERIOR DIREITO. 3) CIRURGIA EM 06/06/18: OSTEOSSÍNTESE DE FRATURA DE OSSOS DA PERNA DIREITA.	

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS	
Secretaria Estadual de Saúde	
RELATÓRIO DA OPERAÇÃO	
Nome: IZAIAS LIBORIO DE MELO JUNIOR	Prontuário: 782903
Data da operação: 29/04/2018	
Operador: DR. ALEZ	
1º auxiliar: DR. ANA ÁUREA MR2	
2º auxiliar: DRA. HANNA EMILE MR1	
3º auxiliar: DR. ANDREY DUARTE MR1	
Diagnóstico pré-operatório: FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO DIREITO	
Tipo de operação: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO DIREITO (REDUÇÃO INCRUENTA + APOSIÇÃO DE FIXADOR EXTERNO TRANSARTICULAR)	



Diante do exposto, a Ré impugna expressamente o laudo pericial judicial, requerendo a improcedência da presente demanda com fundamento no artigo 487 inciso I do Código de Processo Civil ante a comprovada quitação administrativa.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 11 de novembro de 2019.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

